



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

CONCURSO UNIFICADO DE PROMOÇÃO 2017
EDITAL Nº 2/2017 DE RETIRRATIFICAÇÃO

A Coordenadora do Órgão Central de Recursos Humanos e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento EXPEDE este Edital de Retirratificação, para fazer constar, no tocante ao Edital nº 1/2017 de Abertura de Inscrições do Concurso Unificado de Promoção 2017, o que segue:

1. Fica incluído como item 1.3, do Capítulo I, das Disposições Preliminares, o seguinte dispositivo:

“1.3. O contingente de servidores e as respectivas vagas para os concursos de promoção das carreiras previstas pela Lei Complementar nº 1.034, de 04/01/2008, ficam estabelecidos conforme quadro abaixo:”

Processo	Quadro	Carreira	Contingente*	Vagas**
2015	Secretaria de Planejamento e Gestão	Especialista em Políticas Públicas	78	16
	Secretaria de Planejamento e Gestão	Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas	72	14
	Secretaria da Fazenda	Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas	140	28
2017	Secretaria de Planejamento e Gestão	Especialista em Políticas Públicas	59	12
	Secretaria de Planejamento e Gestão	Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas	54	11
	Secretaria da Fazenda	Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas	276	55

* contingente integrante do Nível 2, das classes I, das carreiras de EPP e APOFP, existente em 30 de junho do ano referente ao processo.

** vagas para a promoção, correspondente à 20% do contingente.

2. Os subitens 3.2. e 3.4. do Capítulo III passam a ter a seguinte redação:

3.2. Para participar do Concurso Unificado de Promoção 2017, o servidor deverá efetuar a sua inscrição, exclusivamente, pelo endereço eletrônico www.vunesp.com.br/sgpu1701 no período das 10h00 do dia 11/8/2017 às 23h59 de 06/9/2017 (horário de Brasília).

3.4. Após o término do período de inscrição, não será permitida ao servidor trocar as opções feitas em relação à prova/área na qual será avaliado ou às cidades escolhidas para realizar as provas.

2. Fica incluído o subitem 3.4.1. no Capítulo III, conforme segue:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

3.4.1. O candidato que eventualmente realizar mais de uma inscrição terá considerada apenas a última inscrição realizada, desconsiderando-se as demais.

3. Os Anexos IV, VIII e XIV passam a vigorar da seguinte forma:

ANEXO IV
Atendimento ao Cidadão

1. Atendimento ao Público

1.1. O Cidadão e o agente público. A organização e o serviço públicos

1.1.1. Objetivos e finalidade do serviço de atendimento ao público

1.1.2. A percepção do cidadão sobre a organização e os serviços públicos

1.1.3. Diretrizes de gestão e serviço de atendimento

1.1.4. O novo padrão do atendimento: o cidadão em primeiro lugar com os direitos a informação, qualidade e ao controle

1.1.5. Ética, sociedade e o serviço público

1.2. A organização do atendimento na organização pública

1.2.1. A organização pública e o processo de trabalho de atendimento ao cidadão

1.2.2. O desenho e planejamento do espaço físico do atendimento

1.2.3. O modelo *One Window*

1.2.4. O planejamento diário do espaço físico do atendimento

1.2.5. A acessibilidade no espaço físico do atendimento

1.2.6. O local de atendimento do atendente e da retaguarda

1.2.7. A importância da utilização e análise e dos resultados da avaliação do atendimento

1.2.8. Indicadores de desempenho da área de atendimento

1.2.9. A utilização de técnicas, como PDCA e Momentos da Verdade, para a melhoria contínua do atendimento

1.3. Atendimento ao público no mundo digital

1.3.1. *Design* de serviços e *design* de atendimento não presenciais

1.3.2. Mídias eletrônicas e redes sociais no relacionamento com o público

1.4. As competências comportamentais e técnicas do atendente, retaguarda e do gestor

1.4.1. Regras básicas de atendimento

1.4.2. Postura de atendimento

1.4.3. As competências comportamentais de atendimento

1.4.4. Comunicação, empatia, percepção e diferenças individuais e o processo de atendimento

1.4.5. Atendimento para situações específicas (públicos diferenciados (diversidade), atendimento telefônico, cliente interno, não atendimento de solicitações)

1.4.6. Gestão de conflito no atendimento. Postura profissional do atendente e da retaguarda

1.4.7. As expectativas do cidadão para o atendente

1.4.8. Visão sistêmica, liderança e seu papel motivador para a equipe

1.5. Comunicação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

1.5.1. Novos meios de comunicação com o cidadão

1.6. Gestão de conflitos

1.6.1. Administração de conflitos e negociação

1.6.2. Gerenciamento, estratégias e táticas de negociação

2. Comunicações Administrativas

2.1. Comunicação

2.1.1. Conceitos básicos sobre comunicação

2.1.2. Comunicação verbal e não verbal

2.1.3. Comunicação escrita

2.1.4. Comunicação oral

2.1.5. Comunicação e expressão – linguagem corporal

2.1.6. Comunicação, percepção e vieses cognitivos

2.2. Comunicação administrativa

2.2.1. Comunicação administrativa

2.2.1.1. Correspondência oficial

2.2.2. Atos administrativos

2.3. Mídia de transmissão

2.3.1. Meios de transmissão

2.4. Arquivos correntes e gestão documental

2.4.1. Tipos de documentos de arquivos

Bibliografia

ALBRECHT, Karl. **Revolução dos serviços**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

AMARAL, Augusta E. E. H. Barbosa; SOUZA, Sandra. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Fundap, 2009. (Desenvolvimento Gerencial na Administração Pública do Estado de São Paulo).

ANDRADE, Gersem M. et al. **Negociação e Administração de Conflitos**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

ANGELONI, Maria Terezinha. **Organizações do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ANNENBERG, Daniel. Diretrizes e estratégias para a implantação e manutenção de um padrão de qualidade na prestação de serviços públicos: a experiência paulista do Poupatempo. Disponível em:

<<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0043627.pdf>>.

Acesso em: 28 jun. 2017.

AQUINO JR., Ivanildo José de S. et al. **Certificação digital: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. Não é encontrado, sendo raro. Pode ser substituído por: MONTEIRO, Emiliano S.; MIGNONI, Maria Eloisa. **Certificados Digitais – Conceitos e Práticas**. São Paulo: Brasport, 2007.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

ARQUIVO NACIONAL. Resolução n. 27, de 16 de junho de 2008. Dispõe sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter Arquivos Públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/269-resolucao-n-27,-de-16-de-junho-de-2008>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 10002**: Gestão da qualidade – Satisfação do cliente – Diretrizes para o tratamento de reclamações nas organizações. Rio de Janeiro, 2005.

BERBO, David. **O processo da comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança administração do sentido**. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). arts. 1º a 3º; 5º; 23; 37 a 41; 175. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Decreto n. 5.904, de 21 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei n. 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

Serviços ao Usuário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9094.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Art. 313 a 327. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Lei n. 9.507, de 12 de novembro de 1997. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9507.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Lei n. 11.126, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11126.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Medida Provisória n. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências. Disponível em:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Garantia da utilização do Nome Social para as pessoas travestis e transexuais. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BRITO, Alberto et al. **Gestão estratégica**: indicação de execução, qualidade na administração pública e gestão por processos e desburocratização, desenvolvimento gerencial na administração pública do Estado de São Paulo. São Paulo: Fundap, 2009.

CARDOSO JR., Walter Felix. **A inteligência competitiva aplicada nas organizações do conhecimento como modelo de inteligência empresarial estratégica para implementação e gestão de novos negócios**. 2003. 209 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/35626284/A-INTELIGENCIA-COMPETITIVA-APLICADA-NAS-ORGANIZACOES-DO-CONHECIMENTO-COMO-MODELO-DE-INTELIGENCIA-EMPRESARIAL>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional**: a dinâmica de sucesso das organizações. Barueri: Manole, 2014.

COUTINHO, Marcelo James Vasconcelos. Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, ano 51, n. 3, p. 40-73, jul.-set. 2000.

ESCOLA FAZENDÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de redação de atos oficiais da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/DownloadFile.asp?id=3>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

FALCO, Salvatore Esposito de. Instrumentos de *voice giving* na relação entre os cidadãos e a administração pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, ano 51, n. 3, p. 5-27, jul.-set. 2000.

FERREIRA, M. C. Ergonomia do serviço público de atendimento ao público. **Revista Multitemas**. Campo Grande, MS, n. 16, p. 128-144, maio 2000.

FERREL, O.C. et al. **Ética Empresarial**: dilemas, tomadas de decisão e casos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

FISCHER, Roger et al. **Como chegar ao sim**: negociação de acordos sem concessões. São Paulo: Solomon Editores, 2014.

GRONROOS, Christian. **Marketing - gerenciamento e serviços**. São Paulo: Elsevier, 2009.

IZUMINO, Eduardo Antonio. O novo padrão de atendimento: O cidadão em primeiro lugar, direito à qualidade e acesso e disponibilização da informação. São Paulo: Fundação do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

Desenvolvimento Administrativo, 2012. (Curso de Melhoria da Qualidade do Atendimento ao Cidadão, Módulo II). Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.sp.gov.br:8080/Bibspg/DigitalMediaController?id=NzY6dGV4dG8gaXp1bWluby5wZGY>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

IZUMINO, Eduardo Antonio; GALLUCCI, Liliana Ferraz Lima; PEREIRA, Márcia Angare. Curso de Atendimento ao Cidadão. 2. ed. São Paulo: Escola de Governo e Administração Pública, 2017. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.sp.gov.br:8080/Bibspg/DigitalMediaController/?id=Njg6cXVhbGkYWRIIGRvIGF0ZW5kaW1lbnRvLmNvbXBvZXNzZWQucGRm>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1975.

JEFFREY, Jaclyn R. Capacitar a linha de frente. **HSH Management**, São Paulo, ano 1, n. 4, p. 70-76, set.-out. 1997.

JORGE, Duarte (org.). Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria da Graça (org.). **Gestão pública: planejamento e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. **Marketing no setor público**. São Paulo: Bookman, 2007.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano: Difusão, 2011.

LEITÃO, Luzeni Regina Gomes. Não basta apenas ouvir, é preciso escutar. **Saúde em Debate**. Brasília, DF, n. 47, p. 46-49, jun. 1995.

LEMICKI, Roy, J. et al. **Fundamentos da Negociação**. Porto Alegre: Bookman, 2002. cap. 3, 4, 5 e 9.

LITTLIJOHN, Stephen W. **Fundamentos teóricos da comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LOBOS, Julio. **Encantando o cliente externo e interno**. São Paulo: J. Lobos, 1993.

MEDAUER, Odete, **Direito administrativo moderno**. 20. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea: a ciência e arte de ser dirigente**. São Paulo: Record, 1995.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de processos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GORDON, S. e GORDON, J. **Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial**. São Paulo: LTC, 2006.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- PEASE, Allan. **Desvendando os segredos da linguagem corporal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.
- POSNER, Barry e KOUZES James. **O desafio da Liderança**. 5ª ed. São Paulo: Campus, 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Gestão Pública. **Comunicações administrativas**. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.sp.gov.br:8080/Bibspg/DigitalMediaController/?id=NjI6U2VjcmVOYXJpYWRRIR2VzdGFvUHVibGJlYV9Db211bmljYWVvZmVzZXNhZG1pbmlzdHJhdGl2YXMucGRm>>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- _____. Decreto n. 42.224, de 16 de setembro de 1997. Estabelece normas para a elaboração e publicação de Atos Administrativos, dispõe sobre competência para a expedição. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=5496> >. Acesso em: 28 jun. 2017.
- _____. Decreto n. 44.074, de 1 de julho de 1999. Regulamenta a composição e estabelece competência das Ouvidorias de Serviços Públicos, instituídas pela Lei n. 10.294, de 20/4/1999, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=8021>>. Acesso: 28 jun. 2017.
- _____. Decreto n. 52.658, de 23 de janeiro de 2008. Introduce medidas desburocratizantes na recepção de documentos no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=75704>>. Acesso em: 28 jul.2017.
- _____. Decreto n. 60.334, de 3 de abril de 2014. Aprova o Manual de Normas e Procedimentos de Protocolo para a Administração Pública do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=172678>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- _____. Decreto n. 60.428, de 8 de maio de 2014. Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e dá nova redação a dispositivos do Decreto n. 57.500, de 2011. Disponível em:< <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=172861>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- _____. Lei n. 10.177, de 30 de dezembro de 1998. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=7505>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- _____. Lei n. 10.294, de 20 de abril de 1999. Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=7863>>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- _____. Lei Complementar n. 863, de 29 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o item 16 do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

parágrafo único do artigo 23 da Constituição Estadual, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=8716>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. **Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual**. Diversidade sexual e a cidadania LGBT. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.sp.gov.br:8080/Bibspg/DigitalMediaController/?id=NjM6Y2FydGlsaGFfZGI2ZXJzaWRhZGUucGRm>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Cartilha de orientação para o atendimento a pessoas com deficiência. Disponível em: <http://pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/CARTILHA_ATENDIMENTO_PESSOA_COM_DEFICIENCIA_AUREAEDITORIA.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SENGE, P. et al. **Presença: propósito humano e campo do Futuro**. São Paulo: Cultrix, 2014.

SROUR, Robert H. **Ética empresarial**. São Paulo; Campus, 2013.

SUNG, Jung M. e SILVA, José C. **Conversando sobre Ética e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

TELES, Expedito. et al. **Fundamentos científicos da comunicação**. São Paulo: Vozes, 1978.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2011.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet H.; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana**. 11 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO VIII
Gestão Documental e Acesso à Informação

1. Política Pública Estadual de Gestão Documental
 - 1.1 Gestão Documental
 - 1.1.1. Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp)
 - 1.1.1.1. Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso (Cada)
 - 1.1.1.2. Conceitos e finalidades: políticas públicas de arquivos, sistemas de arquivos, gestão documental, arquivos públicos e documentos de arquivo
 - 1.1.1.3. Conceitos e finalidades – instrumentos de gestão documental: classificação e avaliação de documentos de arquivo, planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos
 - 1.1.1.4. Atividades e serviços de arquivo e de protocolo
 - 1.1.2. Elaboração dos instrumentos de gestão documental
 - 1.1.3. Aplicação dos instrumentos de gestão documental
 - 1.1.3.1. Classificação de documentos
 - 1.1.3.2. Transferência e recolhimento de documentos
 - 1.1.3.3. Eliminação de documentos e seleção de amostras
 - 1.1.3.4. Conservação preventiva de documentos
 - 1.1.3.5. Preservação e segurança de documentos digitais
 2. Política Pública Estadual de Acesso à Informação
 - 2.1. Serviços de informações ao cidadão
 - 2.2. Acesso a documentos, dados e informações
 - 2.2.1. Gestão de documentos e acesso à informação
 - 2.2.2. Classificação da informação quanto ao grau e aos prazos de sigilo
 - 2.3. Divulgação de documentos, dados e informações (transparência ativa)
 - 2.4. Restrições de acesso a documentos, dados e informações
 - 2.5. Comissão Estadual de Acesso à Informação (Ceai)

Bibliografia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

ACERVO: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 28, n.2, jul./dez. 2015. Disponível em:
<<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/49/showToc>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivos democracia: 30 anos do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - SAESP (1984-2014). Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=JTmQHsfZ_1k>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Gestão documental e acesso à informação. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=ONeUuChfqrA>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Instrução Normativa APE/SAESP n. 1, de 10 de março de 2009. Estabelece diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Estadual Direta e Indireta. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao%20Normativa_10_3_2009.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Instrução Normativa APE/SAESP n. 2, de 2 de dezembro de 2010. Estabelece critérios para avaliação da massa documental acumulada e procedimentos para eliminação, transferência e recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao_Normativa_APE_SAESP_2_de%202002_de_dezembro_de_2010.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Instrução Normativa APE/SAESP n. 3, de 14 de setembro de 2015. Estabelece critérios complementares à Instrução Normativa APE/SAESP-2, de 2/12/2010, para o recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado, visando à efetiva aplicação do Dec. Est. n. 60.145 de 2014. Disponível em:<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao_Normativa_APE-SAESP-14-10-2015.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Instrução Normativa APE/SAESP n. 4, de 5 de julho de 2016. Estabelece procedimentos para eliminação de documentos intermediários custodiados pelo Centro de Arquivo Administrativo, do Departamento de Gestão do Sistema de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

Arquivos do Estado de São Paulo, da Unidade do Arquivo Público do Estado. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao_Normativa_AP_E_SESP_4_de_05_de_julho_de_2016.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-meio. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Política pública de arquivos e gestão documental do Estado de São Paulo. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo, 2014. Acompanha CD-ROM. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. O Serviço de informações ao cidadão – SIC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=54x54Ki8-c>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer, v. 1). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_avaliar_documento_de_arquivo_volume_01.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BERNARDES, Ieda Pimenta (Coord.). Manual de aplicação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/manual_de_aplicacao_do_plano_de_classificacao_e_tabela_de_temporalidade_da_administracao_publica_do_estado_de_sao_paulo_atividades_meio.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-fim. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica/ver/manual-de->



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

elaboracao-de-planos-de-classificacao-e-tabelas-de-temporalidade-da-administracao-publica-do-estado-de-sao-paulo-atividades-fim->. Acesso em: 23 jun. 2017. _____. Os Serviços de Informações ao Cidadão (SIC) na administração pública do Estado de São Paulo: gestão documental e direito de acesso [Relatório de dois anos de atividades]. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://igovsp.net/sp/wp-content/uploads/2014/05/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-do-SIC.SP_.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. Gestão documental aplicada. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do §3º do artigo 37 e no §2º do artigo 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 23 jun. 2017.

CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Claudia. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000. (Projeto Como fazer, v.5). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/como_fazer_conservacao_preventiva_em_arquivos_e_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

INNARELLI, Humberto Celeste. Preservação digital: a influência da Gestão dos Documentos Digitais na Preservação da Informação e da Cultura. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.8, n.2, p. 72-87, jan./jun. 2011. Disponível em:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1934>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. Informação & Informação. Londrina, v.20, n.1, p.26-42, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

OGDEN, Sherelyn (Ed.). Procedimentos de conservação. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 10-12, Conservação). Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cpba_10_a_12_1253283755.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

OLIVEIRA, Fernando Meloni; GOMES, João Marcelo de Souza. Transparência e gestão pública: o paradigma da cultura de transparência. In: BASSOTTI, Ivani Maria; SANTOS, Thiago Souza (Org.). Tópicos essenciais sobre gestão pública. São Paulo: EGAP/UCRH, 2016. cap.3, p.261-288. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.sp.gov.br:8080/Bibspg/DigitalMediaController/?id=N_DQ6RUDBUF90b3BpY29zX2Vzc2VuY2lhaXNfmjAxNi5wZGY=>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Decreto n. 22.789, de 19 de outubro de 1984. Institui o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP. Disponível em:<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_22789_de_19_de_outubro_1984.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Decreto n. 29.838, de 18 de abril de 1989. Dispõe sobre a constituição da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo nas Secretarias de Estado e dá providências correlatas. Disponível em:<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_29838_de_18_de_abril_de_1989.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Decreto n. 48.897, de 27 de agosto de 2004. Dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, define normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo e dá providências correlatas. Disponível

em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_48897_de_27_de_agosto_de_2004.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Decreto n. 48.898, de 27 de agosto 2004. Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_48898_de_27_de_agosto_de_2004.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Decreto n. 58.052, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Dec_58_052_de_16_05_2012_Regulamenta_Lei_Federal_de_Acesso.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Decreto n. 60.144, de 11 de fevereiro de 2014. Institui a Comissão Estadual de Acesso à Informação – CEAI e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto%2060144_de_11_de_fevereiro_2014.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Decreto n. 60.334, de 3 de abril de 2014. Aprova o Manual de Normas e Procedimentos de Protocolo para a Administração Pública do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60334-03.04.2014.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

_____. Decreto n. 61.559, de 15 de outubro de 2015. Dá nova redação a dispositivo do Decreto n. 58.052, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_61559-de%202015-10-2015.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

_____. Decreto n. 61.836, de 18 de fevereiro de 2016. Dispõe sobre a classificação de documento, dado ou informação sigilosa e pessoal no âmbito da Administração Pública direta e indireta. Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Executivo, São Paulo, 19 fev. 2016. Seção I. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Decreto_61836_de_19_de_fevereiro_de_2016.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Gestão Pública. Comunicações administrativas. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.sp.gov.br:8080/Bibspg/DigitalMediaController/?id=NjI6U2VjcmVOYXJpYWRRIR2VzdGFvUHVibGJlYV9Db211bmljYWVvZmVzX2VzZG1pbmlzdHJhdGl2YXMucGRm>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

UNGARO, Gustavo; CARVALHO, Guilherme Siqueira de. Participação, controle e transparência por meio das ouvidorias públicas. In: BASSOTTI, Ivani Maria; SANTOS, Thiago Souza (Org.). Tópicos essenciais sobre gestão pública. São Paulo: EGAP/UCRH, 2016. cap.3, p.289-312. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.sp.gov.br:8080/Bibspg/DigitalMediaController/?id=NDQ6RUdBUf90b3BpY29zX2Vzc2VvY2lhaXNfMjAxNi5wZGY=>>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS. Escola de Governo e Administração Pública. Curso Transparência e Direito de Acesso à Informação. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLU90JTU_sKGP21EaupyOoswku2BWKXQD>. Acesso em: 28 jun. 2017.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO XIV
Controle e Auditoria

1. Administração Pública

1.1. Governo eletrônico: transparência da administração pública, controle social e cidadania

1.2. Excelência nos serviços públicos: gestão por resultados na produção de serviços públicos, o conceito de cliente na administração pública

1.3. Ética e controles na esfera pública

1.3.1. Ética e responsabilidade social das organizações

1.3.2. Lei n. 12.846/13: responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira

1.3.3. Lei Federal n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa): Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

1.3.4. Lei Federal n. 12.527/11 (Lei da Transparência): Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

1.3.5. Lei Estadual n. 10.261, de 28 de outubro de 1968. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, arts. 241 a 245 (Título VI – Dos deveres, das proibições e das responsabilidades).

1.3.6. Decreto Estadual n. 58.052, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei Federal n. 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas.

1.3.7. Decreto Estadual n. 60.428, de 8 de maio de 2014. Código de Ética da Administração Pública Estadual

1.3.8. Controle externo pelos Tribunais de Contas.

1.3.9. Administração pública direta, indireta, fundacional e terceiro setor (Regime Jurídico)

1.3.10. Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade aplicados à administração pública: avaliação e mensuração do desempenho governamental

2. Auditoria no Setor Público

2.1. Tipos e modalidades

2.2. Auditoria operacional e avaliação de programas

2.3. Sistemas de controle na administração pública brasileira

2.3.1. Controle externo

2.3.1.1. Tribunais de contas:

2.3.1.1.1. Funções, natureza jurídica e eficácia das decisões

2.3.2. O controle de obras públicas pelo Poder Legislativo.

2.4. Controle interno

2.4.1. Auditoria interna

2.4.1.2. Departamento de Controle e Avaliação – Sefaz

2.4.1.3. Corregedoria

2.5. Controle de qualidade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

2.6 Avaliação

2.6.1. Avaliação de conformidade

2.6.2. Avaliação de desempenho

2.6.3. Avaliação de resultados

3. Avenças com o terceiro setor

4. Exame de contas públicas

4.1. Controle e avaliação da execução orçamentária

4.2. Balanço patrimonial

4.3. Balanço orçamentário

4.4. Balanço financeiro

4.4.1. Demonstração das variações patrimoniais

4.4.2. Demonstração dos fluxos de caixa

4.4.3. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

4.4.4. Demonstração do resultado econômico

4.5. Contas de compensação

4.6. Análise de custos públicos

Bibliografia

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília, DF: Gestão Pública, 2008.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. Introdução à auditoria operacional. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 5 jul. 2017.

_____. Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em 17 jul. 2017.

_____. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 5 jul. 2017.

_____. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

- _____. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Lei n. 9.720, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm. Acesso em 17 jul. 2017.
- _____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n. 8.429, de 2 de junho de 1992, e n. 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei n. 13.204, de 2015). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em 16 de jul. 2017.
- _____. Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13303.htm. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 5 jul. 2017.
- _____. Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 5 jul. 2017.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

- _____. Resolução CFC 1 n. 1.366, de 25 de novembro de 2011. Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de informação de custos do setor público. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1366-2011.htm>>. Acesso em: 6 jul. 2017.
- _____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicado ao setor público: Portaria Conjunta STN/SOF n. 1, de 10 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773>. Acesso em: 5 jul. 2017.
- _____. Portaria STN 157, de 9 de março de 2011. Dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=231488>>. Acesso: 5 jul. 2017.
- _____. Portaria STN 634, de 19 de novembro de 2013. Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/media/544209/portaria_stn_634_2013_processo_convergenca.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2017.
- _____. Tribunal de Contas da União. Auditoria governamental. Brasília, DF: Instituto Serzedello Corrêa, 2011.
- _____. Manual de auditoria operacional. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14DB4AFB3014DBAC9EC7B5EF9>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras de edificações públicas. 4. ed. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A15232A37901529D259F061157>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Princípios fundamentais de auditoria do setor público. 2013. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A2561DF3F501562345D11B534C>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- CHAVES, Renato Santos. Auditoria e controladoria no setor público. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. NBCAS – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sob a ótica das IPSAS: um estudo comparativo. 2. ed. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5430/NBCASP%20-%20Normas%20de%20Contabilidade%20Aplicadas%20ao%20Setor%20P%C3%ABlico%20sob%20a%20%C3%B3tica%20das%20IPSAS%20um%20estudo%20comparativo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 jul.2017.
- COUTINHO, Marcelo James Vasconcelos. Administração Pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. Revista do Serviço Público, ano 51, número 3, p. 40-73, jul.-set. 2000. Disponível em:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

- <[http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/00-Coutinho51\(3\).pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/Terceiros-Papers/00-Coutinho51(3).pdf)>. Acesso em: 17 jul.2017.
- DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Forense, 2017.
- _____. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada e outras formas. São Paulo: Editora Atlas, 10. ed., 2014.
- DINIZ, Eduardo Henrique et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. v. 43, p. 23-48 jan./fev. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n1/a03v43n1.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- GALVÃO, Maria Cristina Costa Pinto et al. Gestão pública contemporânea: contratualização de resultados e terceirização no setor público paulista. São Paulo: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 2009.
- GIAMBIAGI, F.; ALEM, C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- INSTITUTO RUI BARBOSA. Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) – Nível I. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.irbcontas.org.br/files/NBASP-10-11-15.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (Org.). Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.
- MACHADO, N.; HOLANDA, V. B. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência do governo federal do Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4 p. 791-820, jul./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a03.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2017.
- MARRARA, Thiago; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Lei anticorrupção comentada. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- MARTINS, E. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAUSS, C. V.; SOUZA, A. de. Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008.
- MEDAUAR, Odete. Controle da administração pública. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- MORO, Rosângela Wolff. Regime jurídico das parcerias das organizações da sociedade civil e a administração pública. Lei n. 13.019/14. São Paulo: Matrix, 2016.
- NOHARA, Irene Patrícia. Reforma administrativa e burocracia. São Paulo: Atlas, 2012.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES. Normas internacionais das entidades fiscalizadoras superiores – ISSAI: Princípios fundamentais de auditoria – Nível 3. Tradução: Secretaria de Relações Internacionais; Tribunal de Contas da União. Disponível em: <http://www.intosai.org/fileadmin/downloads/downloads/4_documents/ISSAI_300_Portugues.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma do Estado para a cidadania. São Paulo: Editora 34/Brasília: ENAP, 1998.
- PEREZ, Marcos Augusto; SOUZA, Rodrigo Pagani. Controle da administração pública. Belo Horizonte: Fórum, 2016.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

- RAMOS, A. M. Gestão de custos aplicada ao setor público: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. 2013. 87 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Potiguar, Natal, 2013.
- SÃO PAULO (Estado). Constituição (1988). Constituição do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/a2dc3f553380ee0f83256cfb00501463/46e2576658b1c52903256d63004f305a?OpenDocument>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Decreto n. 18.766, de 30 de junho de 2004. Institui o Programa de Gestão Compartilhada de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, aprova modelo-padrão de Termo de Parceria. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48766-30.06.2004.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Decreto n. 52.479, de 14 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, objetivando o acompanhamento e gestão de convênios; cria o Certificado de Regularidade do Município para Celebrar Convênios – CRMC, a ser utilizado no âmbito da administração direta e autárquica, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-52479-14.12.2007.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.
- _____. Decreto n. 57.108, de 6 de julho de 2011. Regulamenta dispositivos da Lei Complementar n. 846, de 4 de junho de 1998, introduzidos pela Lei Complementar n. 1.131, de 27 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57108-06.07.2011.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.
- _____. Decreto n. 57.500, de 8 de novembro de 2011. Reorganiza a Corregedoria Geral da Administração, institui o Sistema Estadual de Controladoria e dá providências correlatas. Disponível em: <http://vclipping.planejamento.sp.gov.br/Vclipping1/index.php/Decreto_n%C2%BA_57.500_de_08_de_novembro_de_2011>. Acesso em: 28 jun. 2017.
- _____. Decreto n. 57.501, de 8 de novembro de 2011. Institui o Cadastro Estadual de Entidades - CEE, no âmbito do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, e cria o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE, sob a responsabilidade da Corregedoria Geral da Administração. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=163925>>. Acesso em: 16 jul. 2017.
- _____. Decreto Estadual n. 58.052, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei Federal n. 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações, e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58052-16.05.2012.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Decreto n. 60.428, de 8 de maio de 2014. Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e dá nova redação a dispositivos do Decreto n. 57.500, de 2011. Disponível em:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

<[http://vclipping.planejamento.sp.gov.br/Vclipping1/index.php/Decreto_n%C2%BA_6_0.428, de 08 de maio de 2014](http://vclipping.planejamento.sp.gov.br/Vclipping1/index.php/Decreto_n%C2%BA_6_0.428_de_08_de_maio_de_2014)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Decreto n. 60.812, de 30 de setembro de 2014. Reorganiza a Secretaria da Fazenda e dá providências correlatas. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=173484>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

_____. Decreto n. 61.981, de 20 de maio de 2016. Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da administração direta e autárquica, da Lei federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2016/decreto-6198120.05.2016.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Decreto n. 62.349, de 26 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o programa de integridade e a área de conformidade a ser adotado por empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo, regulamentando a aplicação da Lei federal n. 13.303, de 30 de junho de 2016, e criando instâncias e procedimentos de fomento ao controle interno. Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2016/decreto-62349-26.12.2016.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Decreto n. 62.519, de 16 de março de 2017. Revoga dispositivos que especifica do Decreto n. 57.501, de 8 de novembro de 2011, que institui o Cadastro Estadual de Entidades – CEE, no âmbito do Sistema Integrado de Convênios do Estado de São Paulo, e cria o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE, sob a responsabilidade da Corregedoria Geral da Administração. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=181062>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Decreto n. 62.528, de 31 de março de 2017. Estabelece, para os fins que especifica, diretrizes alusivas à celebração de contratos de gestão com organizações sociais de que trata a Lei Complementar n. 846, de 4 de junho de 1998. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2017/decreto-62528-31.03.2017.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Lei n. 10.261, de 28 de outubro de 1968. Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, arts. 241 a 245 (Título VI – Dos deveres, das proibições e das responsabilidades). Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10261-28.10.1968.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Lei n. 10.320, de 16 de dezembro de 1968. Dispõe sobre os sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária do Estado. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10320-16.12.1968.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Lei n. 11.598, de 15 de dezembro de 2003. Estabelece disposições relativas às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2003/lei-11598-15.12.2003.html>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. Lei complementar n. 846, de 4 de junho de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências. Disponível em:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

- [http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1998/alteracao-
lei.complementar-846-04.06.1998.html](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1998/alteracao-
lei.complementar-846-04.06.1998.html)>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Lei complementar n. 971, de 10 de janeiro de 2005. Altera a Lei Complementar n. 846, de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Disponível em:
[http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2005/lei.complem
entar-971-10.01.2005.html](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2005/lei.complem
entar-971-10.01.2005.html)>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Lei complementar n. 1.095, de 18 de setembro de 2009. Dispõe sobre a qualificação como organizações sociais das fundações e das entidades que especifica. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=157623>>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Lei complementar n. 1.131, de 27 de dezembro de 2010. Altera a Lei Complementar n. 846, de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Disponível em:
[http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2010/lei.complem
entar-1131-27.12.2010.html](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2010/lei.complem
entar-1131-27.12.2010.html)>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Lei complementar n. 1.243, de 30 de maio de 2014. Altera a Lei Complementar n. 846, de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, e dá providências correlatas. Disponível em:
[http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2014/lei.complem
entar-1243-30.05.2014.html](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2014/lei.complem
entar-1243-30.05.2014.html)>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Secretaria de Gestão Pública. Cartilha para instalação do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC. Disponível em: <http://gestaolai.sp.gov.br/cartilha-sic>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- _____. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Manual básico: A Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em:
[https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/a-lei-responsabilidade-fiscal-dez-
2012_0.pdf](https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/a-lei-responsabilidade-fiscal-dez-
2012_0.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2017
- _____. Manual básico: O Tribunal e a administração indireta do Estado. Disponível em:
[https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/tribunal_administracao_indireta_estado
.pdf](https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/tribunal_administracao_indireta_estado
.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Manual básico: Orientação às secretarias estaduais e unidades gestoras. 2016. Disponível em:
[https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/orientacao_secretarias_estaduais_unid
ades_gestoras.pdf](https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/orientacao_secretarias_estaduais_unid
ades_gestoras.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- _____. Manual básico: Repasses públicos ao terceiro setor. Disponível em:
https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/repasses_publicos_terceiro_setor.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.
- SERPA, Selma Maria Hayakawa Cunha. Auditoria operacional e avaliação de programas: Instrumentos diferentes com propósitos comuns – identificando as similaridades em busca do elo perdido. Disponível em:
<http://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/viewFile/204/197>>. Acesso em: 17 jul. 2017.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS
Departamento de Recursos Humanos

4. O Anexo XVI – Cronograma Previsto passa a ter as seguintes datas:

Início	Fim	Evento
11/08/2017	06/09/2017	Inscrições
13/09/2017	13/09/2017	Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas
14/09/2017	18/09/2017	Recursos referente às inscrições indeferidas.
25/09/2017	25/09/2017	Divulgação da análise dos recursos contra o indeferimento das inscrições
16/10/2017	20/10/2017	Período de realização do Inventário Comportamental
25/10/2017	25/10/2017	Edital de Convocação para realização das provas.
12/11/2017	12/11/2017	Aplicação das provas
13/11/2017	13/11/2017	Publicação do gabarito e disponibilização dos arquivos referentes aos cadernos de provas, na internet.
14/11/2017	16/11/2017	Período de interposição de recursos contra o gabarito
08/02/2018	09/02/2018	Período de interposição de recursos referente ao resultado preliminar.
06/03/2018	06/03/2018	Publicação do resultado final.
16/03/2018	16/03/2018	Homologação do concurso unificado.

Ficam ratificadas as demais disposições contidas no Edital nº 1/2017 de Abertura de Inscrições, publicado na Imprensa Oficial do Estado em 28 de julho de 2017.

São Paulo, 23 de agosto de 2017.

KELLY LOPES LEMES

Coordenador

Unidade Central de Recursos Humanos

KAREN MELILLO CANDIDO

Diretor Técnico III

Departamento de Recursos Humanos